

Entrevista

Luís Raposo

luisraposo@mnaarqueologia.dgpc.pt

**Presidente do International Council of Museums – Europe
Alliance (ICOM – Europe)**

Nota biográfica

Arqueólogo. Especialista em Pré-história Antiga, Museologia e Gestão do Património.

Responsável pelo Departamento de Investigação do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal (desde 2013; Diretor entre 1996 e 2012).

Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Arqueólogos (desde 2014).

Presidente do International Council of Museums - Europe Alliance (ICOM-Europe) desde 2016. Membro dos Grupos de trabalho do ICOM Evaluation of the Strategic Plan Implementation and Statutes, Internal Rules and Regulations and Governance (desde 2014). Embaixador do ICOM para a criação do ICOM International Training Centre for Africa (processo em progresso desde 2014).

Vice-Presidente da UISPP (International Union of Prehistoric and Proto-Historic Sciences). Membro da Comissão Middle Palaeolithic Bifacial Tools, Backed Bifaces and Leaf Points in Western Eurasia (desde 2013).

Biographical note

Archaeologist. Expert in Ancient Prehistory, Museology and Heritage Management.

Head of the Research Department, National Museum of Archaeology, Lisbon, Portugal (since 2013; Director between 1996 and 2012).

Vice-President of the Portuguese Association of Archaeologists (since 2014).

President of the Regional Alliance of ICOM for Europe (since 2016). Member of the ICOM Working Groups on the Evaluation of the Strategic Plan Implementation and Statutes, Internal Rules and Regulations and Governance (since 2014). ICOM Ambassador for the creation of an ICOM International Training Centre for Africa (process on progress since 2014).

Vice-President of the UISPP (International Union of Prehistoric and Proto-Historic Sciences). Member of the Commission on Middle Palaeolithic Bifacial Tools, Backed Bifaces and Leaf Points in Western Eurasia (since 2013).

Para começar, gostaríamos de lhe agradecer por nos ter concedido esta entrevista e pedíamos que começasse por descrever um pouco o seu percurso profissional. O que o levou à museologia e ao gosto por museus?

Bom, eu fui, sou e penso que serei sempre, antes de tudo, um arqueólogo, ou melhor, um historiador que vê a história a partir das fontes materiais, tendencialmente as do quotidiano. Nunca me vi, ou assumi, como museólogo. Acontece que sou um arqueólogo que trabalha em museus, mais exactamente num museu, o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), desde há quase quatro décadas e o fez, e faço, por opção. Com efeito, depois de ter sido durante breves anos professor do Ensino Secundário, onde cheguei a ser orientador de estágio de professores, decidi, quando a oportunidade surgiu, ingressar no quadro de pessoal do MNA, mesmo com prejuízo de outras eventuais carreiras, como a universitária. Fiz assim porque entendia, e entendo, que o Museu é a instituição ideal para juntar teoria e prática, investigação fundamental e investigação aplicada, enfim, produção e divulgação de conhecimentos. O museu é, além disso, por definição, a mais democrática instituição da cultura, aquela que se encontra mais amplamente disseminada no território e a que mais naturalmente abre as portas ao conjunto dos cidadãos. Fiz-me por isso,

na prática, um “homem de museus”. Mas guardo em mim a autenticidade disciplinar que a minha formação em arqueologia me outorga.

A partir da sua experiência na direcção do Museu Nacional de Arqueologia quais considera serem os principais desafios na direcção de um museu?

O principal desafio da direcção de um Museu é o de lhe definir um horizonte estratégico, com respeito pela história da instituição, mas numa permanente procura de novas plataformas de serviço social. Infelizmente, este objectivo maior encontra-se muitas vezes prejudicado pela emergência permanente dos pequenos-grandes problemas do dia-a-dia, que tudo consomem. Certa vez foi-me pedido que, para estudantes de mestrado de museologia, falasse sobre a minha experiência de direcção do MNA e não encontrei forma melhor do que apresentar apenas um esquema com a indicação do que tinha sido uma das minhas jornadas de trabalho, uns dias antes daquele encontro. Junto-o aqui também, para



que se perceba o quanto é diversa e exigente a função de direcção de um museu.

Ultimamente, discute-se muito sobre a questão do diretor-gestor versus o diretor-museólogo. Qual a sua opinião sobre esse assunto? Quais são as principais características que um diretor deve ter?

Posta a questão nesses termos, eu optaria claramente pela primazia do perfil de “director-museólogo”. Mas acrescentaria uma terceira dimensão, a de “director-investigador”, quer dizer, director com conhecimento e capacidade de interrogação sobre as colecções que constituam o acervo da instituição que dirige. Pude já noutras ocasiões dizer que, no meu entendimento, os museus são instituições que assentam numa espécie de tripé: investigação, conservação e educação ou difusão. Todas são importantes e necessárias aos museus. E podem até conhecer, em cada caso concreto, prioridades diversas. Mas, no longo prazo, a boa ordem é a que indiquei acima: a investigação, entendida como conhecimento sempre renovado, sempre interpelante, das colecções, constitui o fundamento dos museus, começando desde logo pela própria política de incorporações. Só se guarda em museus aquilo que, pelo estudo, se considera merecedor de incorporação. Só se conserva o que se incorporou. Só se divulga o que se incorporou e

conservou. As funções de gestão, regressando a elas, são obviamente também muito importantes para o perfil de diretor de museu. São, aliás, cada vez mais importantes. Mas não invertamos a boa ordem das coisas: um diretor de museu deve possuir conhecimentos de gestão, que pode até obter na prática ou em ações de formação profissional, mas não carece ser um gestor. Se a dimensão do museu assim o obrigar, pode possuir um gestor profissional a trabalhar subordinado às orientações estratégicas definidas pelo diretor.

O ICOM é a maior organização internacional de museus e profissionais de museus dedicada à preservação e divulgação do património mundial, existindo já desde 1946. Este ano, foi eleito presidente do ICOM-Europa. Qual é a importância desta organização para os museus? Que prioridades estratégicas apresenta o seu mandato?

Como disseram, o ICOM é a maior e mais representativa organização de museus e profissionais de museus em todo o Mundo. É a Organização Não Governamental reconhecida pela UNESCO como expressão do pensamento deste universo, museus e profissionais de museus. Compõe-se por mais de trinta e cinco mil membros, provenientes de cerca de cento e cinquenta países, organizados em Comitês Nacionais (cerca de cento e trinta) e Comitês

Internacionais ou de Especialidade (mais de três dezenas). Acrescem as chamadas Organizações Afiliadas (entidades independentes, mas reconhecidas pelo ICOM como relevantes para os museus) e as Alianças Regionais, de âmbito continental ou outro. O ICOM-Europa é uma destas Alianças Regionais, a maior (abrange mais de oitenta por cento dos membros do ICOM), constituída por cerca de meia centena de Comités Nacionais, de toda a Europa em sentido muito amplo, já que vai do Atlântico aos Urais e mesmo para lá, no Cáucaso e no Próximo-Oriente. Tendo eu sido eleito há poucos meses, durante a Conferência Geral mundial do ICOM que decorreu em Julho em Milão, tenho como plano, já aprovado pela direcção eleita na mesma ocasião, proceder ao relançamento e ampliação das actividades do ICOM Europa, traduzidas em conferências, seminários, debates, acções de formação e eventuais linhas de cooperação com outras associações similares à nossa. A minha primeira iniciativa neste mandato será uma Conferência Europeia sobre o tema “Museus Nacionais: passado, presente e futuro”, que terá lugar em 28 e 29 de Novembro próximos, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Acha que o facto de ser um profissional de origem portuguesa, com uma carreira construída no contexto museológico

português, poderá trazer algumas especificidades ao ICOM-Europa? Pensa que existem diferenças fundamentais entre o contexto museológico português e outros contextos museológicos europeus? Se sim, que diferenças são mais visíveis?

Sim e não a todas as questões postas. Sim, às especificidades da minha candidatura e da situação dos museus portugueses. Nunca um português tinha sido eleito para funções de tão elevada responsabilidade no ICOM e isso dá conta em parte do apreço que existe pelos nossos profissionais de museus e os nossos museus. E sim, também, nós temos as nossas particularidades, tanto no que tal possa ter de positivo (por exemplo, a capacidade de trabalho com poucos meios) como de negativo (a escala pequena do nosso pequeno e muitas vezes paroquial meio). Mas não também, no sentido em que pertencemos e estamos plenamente integrados no mundo dos museus. Seja no plano da formação académica de base, seja no da prática profissional, não somos assim tão diferentes, bem pelo contrário.

Num momento particularmente difícil para a União Europeia (devido às consequências da crise económica, mas também a um certo euroceticismo), de que forma poderão os museus europeus trabalhar em conjunto?

Bom, importa referir antes do mais que o ICOM Europa não se limita à União Europeia (UE) e nesse sentido a problemática desta é em grande parte alheia ao que possamos pensar fazer. Todavia, seja porque a UE constitui um núcleo duro importante da Europa, seja porque grande parte das tensões sentidas no interior da UE dão conta de pulsações civilizacionais muito mais amplas e de grande relevância para os museus, sim, é certo que a situação aqui vivida nos deve merecer a mais atenta análise. Os temas que definimos para as nossas próximas conferências e seminários (museus nacionais, museus regionais e locais, museus comunitários, gestão de museus, etc.) dão aliás conta dessas preocupações, dessas conexões. Agora mesmo começou um projecto promovido pelo ICOM Europa e ICOM LAC (América Latina e Caraíbas), altamente financiado pela UE, precisamente em torno de um tema em que nós, europeus, temos muito mais a aprender do que a ensinar e constitui uma centralidade no tempo de tensões nacionalistas por que passamos, o tema dos “museus comunitários”. Os museus foram sempre, e espero que sempre sejam, ferramentas de diálogo social, por vezes os únicos locais onde conseguem ser postos em cima da mesa e discutidos temas difíceis, incomodativos ou até altamente fraturantes. Esse papel é mais do que nunca crucial no tempo

que corre. Ainda há semanas estive na Bósnia e Herzegovina, onde verifiquei como as organizações de museus, como a Rede dos Museus das Balcãs ou o ICOM do Sudeste Europeu e o próprio ICOM da BeH, constituem algumas das mais dinâmicas e fecundas plataformas de contacto e diálogo ao nível da chamada sociedade civil, neste campo dos museus e da memória.

Portugal tem registado nos últimos anos um acréscimo acentuado de turistas estrangeiros. Acha que os museus portugueses estão preparados para recebê-los convenientemente? O que falta fazer?

Mais uma vez a resposta não pode ser única. Portanto, sim e não ao mesmo tempo. Muitos museus portugueses continuam a não dispor de instrumentos básicos de acolhimento dos estrangeiros, como por exemplo exposições, guias áudio ou catálogos multilingues. Menos ainda terão repensado a sua programação em função desta vaga de turismo. Mas, outros fizeram-no amplamente. Recordo por exemplo, o caso do Museu do traje de S. Brás de Alportel que tem parte significativa da sua atividade suportada pelas comunidades de estrangeiros da zona. Não propriamente turistas, ou pelo menos turistas de sol e praia, mas... importa saber qual o balanço a fazer entre o deve e o haver desse *boom* turístico. É que nem tudo nele é positivo.

Longe disso. Mas isso é toda uma outra questão e constitui até tema do encontro de Outono do ICOM Portugal, no Museu Nacional de Grão Vasco, em Viseu.

Numa sociedade cada vez mais competitiva e onde os dinheiros públicos parecem ser cada vez mais escassos, como vê o papel do Estado na manutenção dos museus públicos? Como vê a relação entre museus públicos e iniciativas privadas, algo que se tem tornado prática comum?

O papel do Estado, materializado em políticas do Poder Central e do Poder Local é absolutamente central na promoção dos museus públicos. Deveria aliás ser importante na promoção dos museus em geral, públicos e privados, posto que estes últimos, na maior parte dos casos, procuram a certificação pública da sua condição de museus (condição de reconhecimento social e de acesso a fundos públicos, nacionais ou europeus). Aquilo que compete ao Estado e este deve fazer encontra-se muito bem definido numa Lei-Quadro dos Museus Portugueses de que assinalámos há pouco uma década e de que, aliás, vai sendo tempo de fazer o balanço da aplicação. Aquilo que me parece, empiricamente apenas, é que houve nesta década retrocessos importantes quanto ao que aí se dispõe dever ser o papel do Estado. Por falta recursos financeiros, dir-se-á, e isso é certo. Mas principalmente,

segundo creio, por falta de exigência e de visão estratégica. Dou-lhes um exemplo apenas: na Lei-Quadro dispõe-se que todos os museus devem possuir uma direção própria: ora, acabámos agora de saber que até ao mais alto nível do Chefe do Estado se deixou com ligeireza de cumprir esta obrigação, posto que foi aceite para o Museu da Presidência da República um regime da direção em tempo parcial, por acumulação com outro Museu Nacional. Entendo que sinais deste tipo são intoleráveis e dão fé de como, parafraseando o primeiro Presidente da República eleito depois de Abril de 1974, conseguimos fazer a Democracia, mas nos esquecemos de fazer cidadãos. Dito isto, é evidente que mesmo na ausência de políticas públicas de museus e de visão estratégica para os mesmos, existe uma enorme margem para a colaboração entre museus públicos e museus ou entidades privadas. Uma dessas áreas de colaboração, que importaria intensificar, seria da programação articulada, em certos casos conjunta, de atividades e nomeadamente de exposições. Todos ganharíamos com tal, sobretudo em metrópoles como o Porto ou Lisboa.

Falou há pouco tempo num artigo no jornal Público na questão dos “equipamentos-bandeira”, ligada com a do conceito de museu ou palácio “nacional”. Qual o pensamento do

ICOM-Europa sobre esta questão? Como se reflete no caso português?

O ICOM Europa, em si mesmo, não tem, nem tem de ter, pensamento oficial sobre essa matéria. Nem sobre essa, nem sobre nenhuma outra, talvez. Deve, isso sim, promover o debate e é isso que será feito na Conferência de Novembro próximo a que me referi já antes. Uma das intervenções nessa ocasião será a do anterior Presidente do ICOM, até Julho passado, Prof. Hans-Martin Hinz, que aí fará uma síntese muito atualizada sobre o conceito e o papel de “museu nacional” no Mundo, desde finais do século XIX até ao presente. Diz ele que passámos por três fases: a dos finais do século XIX e inícios do século XX, em que se pedia aos museus nacionais que ajudassem a formar o sentido de orgulho nacional; a de meados do século XX, em que das certezas se caminhou para as dúvidas (dúvidas quanto a identidades, maiorias e minorias, dúvidas quanto a relações com a natureza), das quais resultavam visões mais universalistas (preocupações com a compreensão e integração do “outro”); e a deste início do século XXI, em que emergem de novo nacionalismos e se pergunta qual o papel dos “museus nacionais”, se o de servir estas novas pulsações, se o de as relativizar em nome dos valores universalistas anteriores. E nós, portugueses e Portugal, perguntar-se-á? Onde nos situamos dentro deste

resumo histórico? Bom, tenho a tese de que possuímos uma situação especial, que decorre de sermos o mais antigo Estado/Nação da Europa, dentro de fronteiras geográficas basicamente estáveis e sem reivindicarmos quaisquer outras. É de tal modo forte o nosso sentido de identidade nacional que nem sequer precisamos de museus para no-lo demonstrar. Por isso nunca tivemos o projeto de fazer um Museu Nacional holístico, salvo em dois momentos particulares do século XIX, depois das Guerras Liberais e depois do Ultimato Inglês e da Bancarrota. Mas passou depressa e a verdade é que nunca tivemos um museu desse tipo. Hoje, menos ainda ele faria sentido. Temos a grande felicidade de vivermos pacificados com a nossa identidade nacional. Coisa rara na Europa e em grande parte do Mundo.

Na sua recente intervenção nas Jornadas Europeias do Património, definiu o Museu de uma forma particularmente interessante, através de três características principais. Pode repeti-las aqui, explicando a importância de cada uma delas?

Agradeço a vossa pergunta. De resto, já antes me tinha brevemente referido ao tema, mas aproveito para o desenvolver mais agora. Vejo museus como uma espécie de "ponte sobre águas turbulentas", usando aqui a célebre expressão que é título de uma canção de Simon

e Garfinkle. Uma ponte para confortar, para aquietar, para juntar, em suma. Lugares para pôr em evidência e discutir assuntos difíceis, tendo em vista a construção de comunidade. Uma ponte com três pilares: pesquisa, conservação e educação.

A investigação constitui o fundamento primeiro. O que permite converter objetos comuns em “peças de museu”. A única racionalidade por trás dessa transfiguração está na investigação. Sem ela, o projeto museológico seria vão. Este é o pilar de entrada, o que permite ligar museus com as coisas reais. Mas uma vez decidida a questão da transfiguração de coisas comuns em objetos de museu, esses objetos passam a constituir o fundamento do museu, a sua razão de existir. Eu estou entre aqueles que permanecem algo conservadores quanto à questão da centralidade das coleções. O que a sociedade exige de museus, no longo prazo, não é tanto que tenham atividades "agitprop", mas que mantenham as suas coleções em boas condições, permitindo usos futuros. As funções de conservação são, pois, fundamentais em museus, constituindo o seu pilar central. Sem ele a ponte entraria em colapso. Mas falta algo mais. Os museus não seriam museus sem um terceiro pilar, o que permite a conexão com a sociedade. Divulgação e educação em seu sentido lato são vitais em museus. A prática atual de colocar os chamados

"serviços educativos" em fim de linha, pedindo a sua contribuição só na fase final de cada projeto, de cada exposição, não é aceitável. Também não é admissível reduzir esses serviços ao trabalho com as escolas, com os visitantes com necessidades especiais ou com as "minorias" em geral. Não, o trabalho educativo deve ser dirigido a todos e constitui o pilar que amarra a ponte à sociedade. Eis, pois, muito sumariamente a visão que tenho de museu, como ponte assente em três pilares.

Quais considera serem as grandes preocupações dos museus europeus nos próximos anos?

Trata-se de uma questão tão vasta que seria impossível responder-lhe neste âmbito. Ainda assim arriscaria dizer que se tratarão de desafios postos a dois níveis. Em termos mais gerais, o do acompanhamento e participação ativa nos grandes fluxos de ideias (e de pessoas) que parecem estar a mudar a Europa, tirando-a de uma fase mais solidária e pacifista para uma outra mais egoísta e combatente, com tudo o que tal pode ter de regresso de velhos fantasmas e de reais cenários históricos de desconfiança e, no limite, de guerra. Em termos mais concretos, o do reforço da cooperação em todos os azimutes, em termos tais que se potenciem e articulem os valores da “velha Europa”, da Europa social, com os “ares do tempo”, que

parecem ser o liberalismo e o mercado. Grandes desafios, portanto, que nem enunciar se podem em meia dúzia de linhas.

Como avalia o ensino e investigação em museologia em Portugal, relativamente ao contexto internacional?

Este será certamente um dos domínios de maior confiança que tenho no futuro dos museus portugueses. Nunca como agora tivemos uma geração tão bem formada, em museologia e bem assim em todas as disciplinas que intersectam a vida dos museus. Apenas lamento a falta de saídas profissionais para muitos desses jovens, no que, visto do lado dos museus, se configura ser um verdadeiro hiato geracional. Os profissionais mais idosos, formados na maior parte dos casos na prática e detentores de saberes também eles preciosos, únicos muitas vezes, estão a reformar-se todos os dias sem poderem “passar o testemunho”, vivendo aliás dramaticamente esse processo. Algo terá de ser feito, e urgentemente, quanto a esta matéria porque os museus são por natureza, e superlativamente, contratos intergeracionais, sendo absolutamente devastador a impossibilidade de transmitir os saberes dos que saem aos que poderiam entrar, aliás em condições muito melhores para prosseguirem e superarem os seus antecessores.

A área dos museus e do património apresenta uma elevada taxa de desemprego, principalmente no caso português. O pouco trabalho existente é de carácter maioritariamente temporário, criando graves problemas de instabilidade profissional. Pensa ser possível reverter esta situação nos próximos anos?

Confesso que não tenho resposta consistente quanto a esta questão. Lamento-o, penalizado e com alguma angústia. Mas algo terá de ser feito, como disse antes. Talvez se pudesse pensar numa linha específica de estágios profissionais em museus, seguidos de incorporação em quadros de pessoal, mesmo que fosse nos termos do princípio dos 2 ou até 3 para 1, que se diz vigorar na Administração Pública, mas que em quase vinte anos acumulados nunca senti ter sido aplicado aos museus. Desafio até a que se façam, museu a museu, as contas para saber quantos funcionários, e nomeadamente quantos técnicos superiores, existiam há vinte anos e quanto existem agora. Verificar-se-á facilmente que o decréscimo não obedece àquela regra, mas talvez à de 5 ou 10 para 1. Para além destes aspectos mais estruturantes, outras medidas de conjuntura poderiam ser tomadas. Por exemplo, a de permitir o fluxo de quadros entre Administração Local e Administração Central na área dos museus.

Para terminar, que conselhos gostaria de dar aos jovens profissionais nesta área?

Quanto andava na escola primária, havia um provérbio no meu livro de leitura que ainda hoje trago comigo: “quem porfia, mata caça”. Quer dizer, insistam, lutem, não desistam facilmente. Procurem “nichos” de realização pessoal e explorem campos novos. Há tempos deslocuei-me de propósito a uma zona da nossa raia porque gostei muito de uns cartazes, simples, ingénuos quase diria, de uns jovens que se tinham aí fixado e procuravam juntar museus e sítios arqueológicos, propondo passeios a quem quisesse lá ir. E eu lá fui e fiquei deslumbrado, quase comovido, com o que vi: um casal de dois jovens recém-licenciados que tinham deixado o litoral e a grande cidade para se fixarem numa

aldeia remota, vivendo simplesmente, com algum apoio de vizinhos e um cãozinho de companhia. Com o recurso da Internet começavam a ter pedidos para passeios, sobretudo do lado espanhol, mas também já em Portugal – e assim conseguiam três em um: ganhar algum dinheiro, embora pouco, exercer os seus conhecimentos e sobretudo ter prazer na vida. Quem me dera que todos os jovens pudessem dizer o mesmo.

